

v. 1, n. 1 , jan./abr. 2020

Revista Instituto
POLÍTICA
por.de.para
MULHERES



Instituto Política *por.de.para* Mulheres

Para

MULHERES



SUMÁRIO / CONTENTS

EDITORIAL

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E *LAWFARE*: UMA ANÁLISE DOS CASOS DILMA ROUSSEFF E CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER

GENDER VIOLENCE AND LAWFARE: AN ANALYSIS OF THE CASES DILMA ROUSSEFF AND CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER

Indiana Rocío Azar e Luiza Tavares da Motta.....11-32

OS DESAFIOS DA REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NO INTRAMUROS PARTIDÁRIO

THE CHALLENGES OF WOMEN'S REPRESENTATIVITY ON THE WALLS WITHIN THE POLITICAL PARTY

Wagner Luiz Zacliffevis e Ana Claudia Santano.....33-54

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES COMO CONDIÇÃO FUNDAMENTAL PARA UM DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL: O CASO DO NORDESTE BRASILEIRO

POLITICAL PARTICIPATION OF WOMEN AS A FUNDAMENTAL CONDITION FOR SUSTAINABLE HUMAN DEVELOPMENT THE CASE OF THE BRAZILIAN NORTHEAST

Isabelle Maria Campos Vasconcelos Chehab.....57-76

ENTRE AS GRADES: O SER MULHER EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

AMONG THE GRATES: THE WOMAN IN DEPRIVATION OF FREEDOM

Milena Popadiuk, Jaqueline Fatima Previatti Veiga e Adriana Moro.....77-96

SUMÁRIO / CONTENTS

“NA HORA DE FAZER FOI BOM, NÉ? ENTÃO AGORA AGUENTA” – VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA, EDUCAÇÃO CRÍTICA E NARRATIVAS DE PELE

*“AT THE TIME OF DOING IT WAS GOOD, WELL? THEN NOW TAKE IT” –
OBSTETRIC VIOLENCE, CRITICAL EDUCATION AND SKIN NARRATIVES*

Josélia Gomes Neves, Gisele de Oliveira e Claudia Regina Abreu.....99-119

DECISÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS PARA UMA APROXIMAÇÃO DO CUIDADO REALIZADO POR MULHERES NAS CASAS-LARES

*THEORETICAL METHODOLOGICAL DECISIONS FOR AN APPROACH OF
CARE PERFORMED BY WOMEN IN CHILDREN'S CARE HOME*

Ana Maria Silvello Pereira e Marlene Tamanini.....121-142

VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES NO BANCO DOS RÉUS: O JULGAMENTO DO JÚRI NA PROVÍNCIA DE CÓRDOBA - ARGENTINA

*VIOLENCES AGAINST WOMEN ON THE DEFENDANT: THE JUDGMENT OF
THE
JURY IN CORDOBA PROVINCE - ARGENTINA*

Natalina Stamile e Carlos Martín Villanueva.....145-177

GÊNERO E AGROECOLOGIA: A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS

*GENDER AND AGROECOLOGY: THE IMPORTANCE OF WOMEN FROM THE
FIELD, WATER AND FORESTS FOR THE PRODUCTION OF HEALTHY FOODS*

Katya Regina Isaguirre-Torres e Aline Maria dos Santos Silva.....157-177

UMA ANÁLISE FEMINISTA DA INJUSTIÇA EM CASOS DE ATRIBUIÇÃO DE AUTORIDADE EPISTÊMICA

*A FEMINIST ANALYSIS OF INJUSTICE IN CASES OF ASSIGNMENT OF
EPISTEMIC AUTHORITY*

Patricia Ketzer.....157-177



Entre as grades: o ser mulher em privação de liberdade

Among the grates: the woman in deprivation of freedom

Milena Popadiuk *

Universidade do Contestado (Mafra, Santa Catarina Brasil)
milenapopadiuk98@gmail.com

Jaqueline Fatima Previatti Veiga **

Universidade do Contestado (Mafra, Santa Catarina Brasil)
jaquelinef@unc.br

Adriana Moro ***

Universidade do Contestado (Mafra, Santa Catarina Brasil)
adri.moro@gmail.com

Recebido/Received: 14.12.2019/ December 14th, 2019

Aprovado/Approved: 08.01.2020/ January 8th, 2020

1. Introdução

O sistema prisional brasileiro é caracterizado por dificuldades, que tem se intensificado devido as taxas de encarceramento. Entre os anos de 2000 e 2012, a população masculina privada de liberdade, cresceu 130%, enquanto a feminina cresceu 246% apesar de as mesmas serem a minoria no sistema prisional. Portanto, tem-se o desafio de articular políticas públicas específicas para toda a população privada de

Como citar este artigo/How to cite this article: POPADIUK, Milena; VEIGA, Jaqueline Fatima Previatti; MORO, Adriana. Entre as grades: o ser mulher em privação de liberdade. *Revista Instituto Política por.de.para Mulheres*, Curitiba, v.1, n.1, p. 77-96, jan./abr. 2020.

* Aluna Pesquisadora na Universidade do Contestado, acadêmica do curso de enfermagem. E-mail: milenapopadiuk98@gmail.com.

** Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, Professora de Enfermagem e integrante do NUPESC; UnC. Profissionalmente está atuando como secretária municipal, respondendo pela pasta da saúde na administração pública da Secretaria Municipal de Mafra-SC. e-mail:jaquelinef@unc.br.

*** Doutora em Políticas Públicas pela UFPR e Mestre em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas, Pós-graduada em Enfermagem com Ênfase em Cuidados Intensivos Neonatais; em Acupuntura; Saúde Mental e Psiquiatria, Colaboradora da Secretaria Municipal de Saúde de Mafra-SC e da Universidade do Contestado no Curso de Enfermagem. Integra o Grupo NUPESC/UnC na linha geral da saúde e Gestão em Saúde da UFPR. e-mail adri.moro@gmail.com



liberdade, que vem crescendo em grande proporção¹. Ao direcionarmos o fato de articulação de políticas públicas femininas, reconhece-se que as mulheres privadas de liberdade deveriam apenas sofrer a privação de liberdade, mas o estado omite o cumprimento de seus deveres, que se encontra na Constituição Federal de 1988 em seu Art. 6, estabelecendo como direitos sociais fundamentais: “a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância”. Os mesmos devem ser garantidos aos cidadãos, estando, ou não privados de liberdade².

A liberdade de uma pessoa, é privada, a partir, do momento em que a mesma comete um ato infracional, crime ou delito dependendo da gravidade do fato, terá que prestar contas à justiça, o sujeito não escolhe mais o rumo da própria vida, instituições conhecidas como penitenciária, presídio e cárcere, é agora quem o faz, e garante o direito e cuidados do cidadão³. O objetivo da prisão é a reinseri-lo na sociedade, conforme estabelece a Lei de Execução Penal (LEP). Em decorrência da omissão do estado, do mesmo modo deveria prestar assistência digna, procurar construir um espaço voltado a feminilidade, de recuperação resgate de autoestima para as mulheres, pois as mesmas têm sido vítimas de discriminação e violência de gênero dentro do sistema prisional⁴.

Desta forma, ser mulher, assim como ser homem, não corresponde ao movimento projetado em tempos, espaços e culturas passadas, nas quais as regras, e comportamentos da sociedade eram determinados a limitar as ações dos indivíduos, em especial as mulheres, os quais asseguravam os princípios e determinações particulares⁵. A iniciação das mulheres em carreiras criminosas resulta da influência de seus parceiros, tentam mostrar sua função de cuidadora e proteger as relações compartilhadas com homens do crime onde acaba ocorrendo o envolvimento, resultando em prisão⁶.

¹ BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. *Revista Direito GV*, v. 11, n. 2, p. 523-546, dez. 2015.

² PACHECO, Joice; GONÇALVES, Gilmar; KRUTSCH, Daniele. *Perfil das pessoas privadas de liberdade que procuram o serviço de saúde mental de uma UBS prisional de sc*. In: seminário internacional de pesquisa em prisão, 2017, Recife. p. 1 – 15.

³ ASSIS, Luana Rambo; ORSOLIN, Lucineide. Direitos humanos da pessoa privada de liberdade: A busca pela efetivação da dignidade humana. *Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto-Gedecon*, Cruz Alta, v. 02, n. 01, p. 1-18, maio 2014.

⁴ BRASIL. Centro Pela Justiça E Pelo Direito Internacional. *Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil*. Brasil: 2007.

⁵ SILVA, Amanda Daniele. *Ser homem, ser mulher: as reflexões acerca do entendimento de gênero*. São Paulo: Unesp, 2015.

⁶ STEFFENSMEIER, Darrell; ALLAN, Emilie. Gênero e crime: em direção a uma teoria de gênero da ofensa feminina. *Revisão Anual de Sociologia*; 1996;

Assim sendo, ampliam-se as condições de vulnerabilidade. Ser mulher e estar privada de liberdade provoca um forte impacto nas condições de saúde das mulheres, principalmente se levarmos em considerações as históricas desigualdades de poder entre homens e mulheres, em especial no sistema prisional, sendo a questão de gênero considerada como um dos determinantes da saúde na formulação de políticas públicas prisionais. As mulheres enfrentam desafios desiguais, em relação ao acesso judiciário⁷. A maioria das presidiárias acumulou ao longo de sua existência, o episódio de sofrer violência. Considera-se que a maioria das presidiárias não cometeram crimes oriundos de violência, e poderiam receber penas alternativas, amparadas por iniciativas de apoio a reinserção social, visando a melhora na qualidade de vida⁸.

Com isso no ano de 2014, foi criada a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, que tem como objetivo assegurar a humanização dessas mulheres durante o cumprimento da pena, incluindo direito à alimentação, saúde, educação, trabalho, lazer, esporte, proteção à maternidade, assistência jurídica e demais direitos humanos, razões estas que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população feminina privada de liberdade, a partir de atividades de prevenção e promoção de saúde⁹. Desta maneira a proposta deste estudo busca avaliar, o ser mulher dentro de um Presídio Regional do Planalto Norte Catarinense.

2. Material e Métodos

O desenvolvimento do presente estudo se deu por meio de uma pesquisa com abordagem qualitativa. No contexto da pesquisa qualitativa, é aquela que ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os seres humanos e suas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes¹⁰. O estudo teve como base a avaliação do ser mulher em condição de privação de liberdade. Para tanto elegemos como campo de pesquisa uma unidade prisional localizada no Planalto Norte Catarinense, a

⁷ SANTOS, Nara; BERMUDEZ, Pamela Ximena *Guia sobre gênero, HIV/ Aids, coinfeções no sistema prisional*. Brasília: OPAS, 2012.

⁸ MUSUMEC, Barbara. Mulher e violência no sistema de justiça criminal. *Trabalho e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-6, dez. 2001.

⁹ BRASIL. Conselho nacional de secretários de saúde. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional e normas para sua operacionalização*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

¹⁰ GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 5, p. 20-29, maio 1995.

qual compreende treze municípios, notadamente: Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Três Barras¹¹.

A pesquisa selecionou um universo de 200 indivíduos privados de liberdade dentre eles homens e mulheres. O universo é um conjunto de indivíduos animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum¹². Durante o desenvolvimento obtivemos uma amostra de 22 mulheres, as quais obedeceram aos critérios de inclusão para participarem da pesquisa. Sendo eleita para os estudos, mulheres com idade de dezoito anos ou mais, privada de liberdade e quais manifestaram livre desejo de participar da pesquisa. Corrobora com o estudo na definição teórica denominado amostra como uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo¹³.

A pesquisa de campo procura coletar dados que permitem responder aos problemas relacionados a uma determinada comunidade, instituição ou grupo. Compreendendo os diferentes aspectos de uma determinada realidade, na obtenção de nos utilizarmos de instrumentos diferenciados, com o objetivo de subtrair as informações, distribuimos diários as mulheres quais ficaram de posse durante trinta dias, elaboraram a história de vida, qual o caminho que a levou a reclusão, testemunho de vida no cárcere, momentos marcantes, fatos de doenças tanto na ordem orgânica, física e mental, visita íntima, visita familiar, educação e principalmente a assistência relacionada a saúde no sistema prisional¹⁴.

Nesse estudo a coleta de dados iniciou-se ao adentrar as portas do presídio, no momento da identificação na portaria, da inspeção de todos os materiais pelos chefes de segurança. Fomos guiadas até a sala de aula que seria utilizada para apresentação da pesquisa. Ao adentrar a sala deparamos com uma grade em frente as cadeiras que seriam utilizadas pelas mulheres, fomos questionadas pelas chefes de segurança - **“se ficaríamos**

¹¹ TOMPOROSKI, Alexandre Assis; MARCHESAN, Jairo. Planalto norte catarinense: algumas considerações sobre aspectos históricos, características físico-naturais e extrativismo. *Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado*, Canoinhas, v. 6, n. 2, p. 51-63, jul. 2016.

¹² MORESI, Eduardo. *Metodologia da Pesquisa*. 2003. 108f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Universidade Católica de Brasília – Ucb, Brasília, 2003.

¹³ MORESI, Eduardo. *Metodologia da Pesquisa...*

¹⁴ FONTELLES, Mauro José et al. *Metodologia da Pesquisa Científica: Diretrizes para a Elaboração de um Protocolo de Pesquisa*. Núcleo de Bioestatística Aplicada à Pesquisa da Universidade da Amazônia – Unama, Amazônia, p. 1-8, maio 2009.

atrás das grades ou não?” [sem grifos no original]. Questionamos se -ficaríamos sozinhas? E para nossa segurança qual era a opinião delas? Como resposta: “ - São tranquilas”. Tendo em vista as respostas, como forma de criar um vínculo terapêutico, não poderíamos ficar atrás das grades, deveríamos nos aproximar, e foi o que aconteceu. As mulheres foram convidadas pelas agentes penitenciárias a participarem de um trabalho, e poderiam vir por livre e espontânea vontade.

Deste modo começaram a entrar na sala, algumas sorrindo, outras mais tímidas, 16 mulheres, com personalidades diferentes. Nos apresentamos, iniciando com uma técnica de relaxamento, que abordava o tema de sintonia molhada, a qual tinha como objetivo instigar a mente das mulheres para imaginarem estarem fora da prisão, e em contato com a natureza e para a finalização do relaxamento, foi solicitado para que se envolvesse no seu próprio abraço, e que abraçasse também todas aquelas pessoas que estão fora dos muros da prisão, foi neste momento que a emoção tomou conta de todas elas. Dando continuidade, realizamos a dinâmica dos presentes, onde duas mulheres participassem voluntariamente para escolher um presente. Onde foi apresentado dois presentes um feio e um bonito. Tínhamos uma caixa de madeira rosa detalhada e a outra uma caixa de papelão pequenina e de cor branca.

Após os presentes escolhidos e abertos dentro da caixa bonita havia um saco plástico dobrado e dentro da caixa feia, havia flores perfumada de todas as cores. Deparamo-nos com olhares espantados, e as levou a refletir que não devemos julgar as pessoas pela aparência. Porque dentro de cada um está guardado o valor verdadeiro. Porque fora dos muros da prisão, para muitas pessoas, vocês são como a caixinha branca, em razão do presídio causar medo nas pessoas. Mas isso vai de cada uma de vocês, se estão parecendo o saco plástico ou as flores. A partir do momento de descontração e reflexão, a ideia e os objetivos do projeto foram transpassados para as mulheres. Todas aderiram ao estudo, sem nenhuma dúvida, assinaram ao termo. Como parte integrante da pesquisa 22 diários foram confeccionados, com uma folha informativa na contracapa, e uma mensagem que tinha como tema Recomeçar.

Os diários foram entregues as mulheres as quais vibraram muito ao recebê-los, indagando como seria importante aquele recurso para livrar seu tempo ocioso “ocupar a cabeça”. Explicamos que os diários permaneceriam ali por durante 30 dias, e que teria como objetivo saber sua história de vida até o momento da reclusão e sua rotina diária dentro do presídio. Fomos questionadas em relação as canetas, pois as mesmas não tinham, ao respondermos que as canetas já pertenciam a elas, fomos abraçadas e

agradecidas. Para finalizar com a última dinâmica, levamos chocolates e com cada um deles um papelzinho em brancos, elas foram estimuladas a escolherem o chocolate que mais gostam e aguardar até que todas pegassem. E no papel escrever algo que você mais goste em você, observou-se que houve dúvidas, pensamentos, e algumas demoraram para escrever. No entanto elas tiveram de dar o chocolate e o papel para a pessoa que mais gostasse. Como reflexão propomos a pensar que no dia a dia devemos oferecer sempre o melhor aquelas pessoas que convivem conosco. A importância de umas cuidarem das outras, a sororidade.

Após a obtenção dos resultados qualitativos subtraídos dos diários, elaboramos ideias centrais com base em descritores e para a discussão utilizamos o discurso do sujeito coletivo. A técnica DSC, é uma forma de resgatar as representações sociais obtidas através da pesquisa de campo. Sendo então as mesmas organizadas por semelhança e agrupadas em categorias semânticas, sendo as expressões chaves, ideias centrais da síntese do conteúdo discursivo, com isso constroem-se discursos sínteses, onde o pensamento do grupo pesquisado aparece como se fosse um discurso individual¹⁵. O presente estudo obedeceu aos critérios de normas éticas, em pesquisas com seres humanos. Respeitando a resolução N. 580/2018 do Ministério da Saúde. Diante da autorização do entrevistado, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pela Plataforma Brasil para a utilização dos dados e a divulgação dos resultados e teve sua aprovação por meio do parecer número 3.216.272.

3. Resultados e Discussões

Com base na coleta de dados concentrada em mulheres privadas de liberdade, organizou-se os resultados a partir da análise dos diários, constitui-se os dados por meio do Discurso do Sujeito Coletivo. Na Ideia Central 1, com o DSC1 relacionado com a base familiar, observou-se que a infância da maioria destas mulheres, foi marcada pela ausência da paternidade, e uma ligação com o padrasto, situação econômica baixa, problemas de ordem familiar, troca constante de um responsável, falta de instrução, vícios e carência afetiva. As famílias de criminosos, exibem uma dinâmica familiar, tensa, e na maior parte das vezes foge da realidade padrão. Identifica-se que em tais famílias, a figura

¹⁵ MORESI, Eduardo. *Metodologia da Pesquisa...*

paterna ou materna não existe, seus membros quase sempre vivem em uma situação socioeconômica miserável, são vítimas de vícios, convivem com a violência, ou pior, em alguns casos a combinação de todos esses elementos¹⁶.

Os motivos pelos quais as mulheres entram na criminalidade, e afirma que é necessário entendermos a infância desta mulher. Pois o que geralmente se encontra, é a ausência do pai ainda quando criança, pois sabe-se que é indispensável no desenvolvimento pessoal. Estes fatores são desencadeantes no processo de delinquência, conforme os dados coletados nos discursos das mulheres do estudo¹⁷.

Ideia central: Família

(A)	Ausência da base familiar.
DSC 1	Expressões chaves
M1	quando eu era criança, eu sofria muito, o motivo era, que quando a mãe estava grávida de mim, ela sempre tentou em fazer aborto, [...] quando eu era criança corria atrás de mim com uma faca na mão [...]papai era muito ausente, mau parava em casa viajava por esse mundo afora [...] vieram a se separar pois desde a adolescência de meu pai ele começou a beber [...] se tornou dependente do álcool [...] morei com meu pai até os 14 anos e pouco, vindo ele a me trazer para meus tios e minha mãe de volta, pois ele falou que não tinha tempo para estar comigo tinha que trabalhar e continuava a se aprofundar no álcool ...minha mãe era casada com uma pessoa que eu não gostava (não gosto até hoje) [...] odiava a ideia de morar em outro lugar, e de ter outra pessoa com minha mãe [...] foi assim que me rebelei contra ela! Tudo o que ela odiava eu fazia

Destaca-se que todo trecho de texto expostos no quadro foram retirados da pesquisa empírica (2019), e que só foram aplicadas emissões, conforme indicado (...). Mais nenhum tipo de alteração ao texto foi realizada. Ao analisarmos a Ideia Central 2, com o DSC2 relacionado com a Pobreza, observa-se que a população estudada relata ser de classe baixa, e justifica à inclusão a vida criminosa, com intenção de uma vida melhor para si e seus familiares, ou até mesmo a justificativa por dinheiro fácil.

Ideia Central: Pobreza

(A)	Pobreza e subalternidade: a criminalização da miséria.
DSC 2	Expressões chaves
M1	Minha história de vida não é muito diferente de outras mulheres de classe baixa [...] Não foi que eu cai na vida do crime comecei pela vida erra porque queria da uma vida boa para meu filho. [...] foi aqui que vi que a gente ve que a vida do crime não compensa que dinheiro facio vai facio

Apresentam dados que se correlacionam com os obtidos no estudo, de que a população feminina que se encontra encarcerada é procedente de classe socioeconômicas

¹⁶ LIMA, Gigliola Marcos Bernardo de. *Mulheres presidiárias: Sobreviventes de um mundo de sofrimento, desassistência e privações*. 2005. 139f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa, 2005

¹⁷ GARCIA, Suely. Aparecida. Ferreira . A família do paciente psiquiátrico e a criminalidade. *Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica*. São Paulo: Vetor, 2003. p. 105-126.

mais baixas¹⁸. Existe uma relação entre o crime e a pobreza, a desigualdade de classe social tem um efeito ligado a criminalidade, a vida do crime é compreendida por uma vivência e dinheiro mais fácil associando-se os atos à situação de pobreza¹⁹ e desemprego que se encontram²⁰. Existe as desigualdades de renda, interferem na criminalidade. Ou seja, os criminosos desempenham uma das piores condições econômicas.

Devido a muitas pessoas pobres não terem oportunidade de trabalhos, devido à baixa escolaridade, e a falta de experiência, os mesmos tornam-se vulneráveis ao crime, pela crise enfrentada pelas famílias²¹. A desigualdade social impulsiona à criminalidade. Com esta frustração, recorrem ao ato criminoso, devido a facilidade de rendimento²². A ideia central C, com o DSC 3, é analisado, o aspecto fé, como uma forma de sobrevivência durante o período do cárcere, o arrependimento das mulheres e a busca a Deus, como alternativa de livramento dos pecados da vida criminosa. Grande parte da população estudada, pratica a fé diariamente, por meio da leitura bíblica, orando, para ocupar o tempo, e também como busca para o crescimento pessoal e espiritual, com inspiração para uma nova vida. Nos discursos temos presente a situação do cárcere como estímulo para conhecer a Deus. A religiosidade é um dever do estado, os quais podem ser garantidas através de um local apropriado para cultos religiosos, leitura da bíblia e meditação. Pois a religião traz benefícios no comportamento da pessoa privada de liberdade²³ e tem como resultado transformar o presidiário²⁴.

O isolamento faz com que o indivíduo reflita, com a intenção de que se arrependa, como forma marcante a religiosidade caminha para a reabilitação. A religião é o meio mais adequado para instruir e moralizar, transformar o criminoso²⁵. Privado de liberdade o indivíduo está sem estrutura emocional, a fé desenvolvida, em alguns casos

¹⁸ BRASIL. DEPEN – *Departamento Penitenciário Nacional e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Brasília: Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional, 2016.

¹⁹ BRASIL. Ministério Da Saúde. *Plano nacional de saúde no sistema penitenciário*. 3. ed. Brasília, 2004. 33 p. Disponível em: http://www.crps.p.org.br/interjustica/pdfs/outros/Revisao_PNSS_P.pdf. Acesso em: 11 ago. 2018.

²⁰ RESENDE, João Paulo de; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 41, n. 1, p. 173-195, mar. 2011.

²¹ RESENDE, João Paulo de; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime social, castigo socia..., p. 173-195.

²² PIZOLOTTO, Letícia Costa. *A lei 11.343/2006 e o aumento de mulheres encarceradas*. 2014. 44f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Dej, Ijuí, 2014.

²³ BRASIL. Lei n. 7210, de 11 de julho de 1984. *Lei da Execução Penal*. Brasília.

²⁴ MIRABETE, Julio Fabbrini. *Execução Penal*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2004

²⁵ BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 396.

apenas depois da prisão, é quem fortalece, ajuda, e até coloca-o a refletir a se arrepender. Fazendo-os traçar planos, se arrepender e esperar pela liberdade²⁶.

Ideia central: Fé

(A)	A fé como forma de sobrevivência ao cárcere.
DSC 3	Expressões chaves
M1	...levantei li a bíblia [...] Essas são palavras que me ajudam a começar o meu dia neste lugar. A fé e a confiança que se deposita em Jesus Cristo e em sua palavra. Esa fé envolve o arrependimento quando uma pessoa ouve a verdade da palavra de Deus, gera-se a fé que nos impulsiona ao arrependimento [...] reconheço que fui errada e perdi anos de minha vida no mundo do crime acho muito importante termos uma aproximação com Deus e buscarmos todos os dias por sua presença, proteção e direção divina...Foi aqui que [...] conheci a Deus

A ideia central D, com o DSC4, apresenta relatos, relacionado a oferta de assistência em saúde as mulheres no cárcere, porém percebemos que o relato que se apresenta com maior evidência quando está relacionado a importância do acompanhamento psicológico, qual as mulheres têm acesso no sistema prisional. Percebemos que para as mulheres privadas de liberdade falar sobre as nuances enfrentadas durante o aprisionamento, torna-se ponto central nos relatos. Explicita-se a relevância para a saúde dentro do sistema prisional a Lei da Execução Penal, e a Portaria Interministerial n. 1.777, que ambas instituídas pelo Ministério da Saúde e da Justiça, estabelecem o Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional, pois garantem a assistência de saúde, para a população encarcerada²⁷.

Ideia central: Saúde

(A)	O encarceramento e o cuidado com a saúde.
DSC 4	Expressões chaves
M1	fui para a terapia com a psicóloga foi muito importante! [...] o atendimento aqui é complicado de ganhar um remédio para dor é todo um processo, depende do plantão, da vontade, da dor, da causa, [...]enfermeiro me chamou para fazer um “exame” pois não era só a minha cela que tavam com dor de barriga e diarreia [...] aqui é tudo por memorando, meio difícil de conseguir atendimento medico, já estou a 1 mês esperando ser atendida por um dentista [...]não tem quem aqueite ficar nesses lugares sem tomar algum tipo de medicamento, amitriptilina, clonazepam, Eu já tomo clonazepam mas não esta adiantando [...] o medico marcou [...] pra por o DIU e aumentou o meu medicamento, agora vou tomar 2 fluoxetina e 1 clonazepam ...Aqui faço tratamento do HIV [...] faço todos os exames pedido pelo médico daqui nesta unidade prisional cada 4/5 meses [...] faço preventivo anualmente [...] todos da equipe aqui são muito humanos atenciosos [...] o atendimento para minha saúde no sistema prisional é bom, eu não tenho oque reclamar ...ir ao medico aqui mesmo no presídio... fazer exames de sangue e urina em jejum... tirar sangue aqui mesmo no ambulatório do presídio [...] o dentista aqui demora muito pra atender nois

²⁶ FREITAS, Cláudia Regina Miranda de. O cárcere feminino: do surgimento às recentes modificações introduzidas pela lei de execução penal. *Revista da Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen*, Belo Horizonte, v. 4, n. 4, p. 1-21, dez. 2012.

²⁷ BRASIL. Portaria Interministerial n. 1777, de 02 de abril de 2002. *Portaria Interministerial N. 1777/gm de 9 de Setembro de 2003*. Brasília, 09 set. 2003.

O cárcere é em um local favorável para o desenvolvimento de afecções de bases orgânicas e psicológicas, as quais necessitam de um atendimento de saúde multidisciplinar, e agindo preventivamente²⁸. O dia a dia dentro das grades, reflete muito sobre a condição humana, onde acontece o isolamento tanto do meio social, como do seio familiar. É muito relevante a necessidade em que o ser humano tem de se relacionar com o outro, sendo a prisão um local que não supre essa necessidade, tornando este lugar não como uma solução terapêutica, mas acrescenta-se favorável ao sofrimento contínuo²⁹.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Privada de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), em ações de saúde tem como princípios a integralidade da atenção à saúde, o conjunto de promoção, proteção, prevenção, recuperação e vigilância em saúde da pessoa privada de liberdade³⁰. As informações condizem com a realidade do presídio em estudo, pois durante a permanência do diário, dentro do cárcere com as mulheres, houve relatos de atendimento psicológico e odontológico, qual se caracteriza como um aspecto preventivo e de recuperação. Outro caso relatado por elas, é a questão da diarreia que aconteceu em todas as celas, foram coletados exames para possíveis diagnósticos. Há ainda relatos que não se encaixam com os princípios da PNAISP, as mulheres mencionam a dificuldade da solicitação do atendimento médico, que acontece por memorando, onde elas escrevem o seu nome solicitando a necessidade de serem atendidas. Falam sobre a dificuldade de conseguir um medicamento para dor. Fazem exames, solicitados pelo médico.

As mulheres em estudo relataram que foram medicadas dentro da unidade. Sabe-se da existência de uma unidade de saúde dentro do sistema prisional, fato esse relacionado com os estudos, em que as ações da atenção primária em saúde, será ofertada por meio da Unidade Básica de Saúde definida no território ou equipes de saúde dentro do sistema prisional, e as demais ações e serviços, pactuara-se pela Rede de Atenção à Saúde³¹. A Lei da Execução Penal, afirma que assistência à saúde tem como caráter, o aspecto preventivo e curativo, sendo fundamental a existência de atendimento médico,

²⁸ OLIVEIRA, Walter Ferreira de; DAMAS, Fernando Balvedi. *Saúde e atenção psicossocial nas prisões*. São Paulo: Hucitec, 2016. p. 190.

²⁹ LIMA, Gigliola Marcos Bernardo de. *A vida de mulheres na prisão...*

³⁰ BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional De Atenção Integral À Saúde Das Pessoas Privadas De Liberdade No Sistema Prisional*. Brasília: Fiocruz Pantanal, 2014.

³¹ BRASIL. Portaria Interministerial n. 1777, de 02 de abril de 2002. *Portaria Interministerial N. 1777/gm de 9 de Setembro de 2003*. Brasília, 09 set. 2003.

para atender as necessidades da população. O aspecto preventivo relaciona-se aos presos admitidos no sistema prisional, para a detectar qualquer patologia instalada, e realizar educações em saúde, para o não desenvolvimento de doenças. O curativo é a assistência ao preso portador de qualquer doença, que necessite de tratamento³².

Ao analisarmos os relatos das mulheres percebemos que o aspecto preventivo e curativo, é realizado conforme a Lei da Execução Penal afirma. Exames radiológicos são realizados fora da penitenciária, devido a unidade não dispor do equipamento, é amparado por lei que o detento seja encaminhado sob custódia policial, a referência pelo SUS, ou rede privada caso o indivíduo disponha de recursos³³. Uma das mulheres relata a questão humanizada, e atenciosa que tem sido tratada dentro da prisão. Esse relato se confirma em uma das diretrizes da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressa do Sistema Prisional (PNAMPE) em que é a humanização é um dos direitos assegurados, durante a permanência carcerária. E a mesma deve ser elencada no contato humano, como forma de acolher, contempla-se a integralidade, como um ponto importante para o alcance do objetivo³⁴.

Um fato que nos chamou bastante atenção é de como a questão saúde foi pouco abordada no diário. A saúde não tem sido vista pelas mulheres como algo importante dentro do sistema prisional. A questão mais abordada foi especialmente sobre suas vidas. Deixando como terminações de que essas mulheres precisam e gostam de serem ouvidas. Como relatado: o que tem sido abordado pelo psicólogo responsável da unidade prisional. Os diários distribuídos para as mulheres foram designados como um cuidado de enfermagem, pois entende-se a escrita como um recurso terapêutico. A escrita expressa as emoções, ajuda ao indivíduo a se reencontrar, considera-se relaxante o fato de se digitar ou simplesmente mover a caneta. Desde o momento em que a pessoa, não se sente confortável em sair de casa, ou não pode sair como é o caso deste estudo, a escrita torna-se um auxílio para sentir-se melhor³⁵.

³² MIRABETE, Julio Fabbrini. *Execução Penal...*

³³ MARTINS, Rafaela Costa. *A Mulher Prefeita No Estado De Santa Catarina*. 2013. 71f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade do Contestado, Concordia, 2013.

³⁴ MOUTINHO, Jhonatania Jandira U.; PUCKAR, Poliana de Oliveira Carvalho. Humanização: contribuições para o processo de reintegração social de presos. *Portal dos Psicólogos*, Maranhão, p. 1-11, 22 abr. 2017.

³⁵ BENETTI, Idonézia Collodel; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. O poder terapêutico da escrita: quando o silêncio fala alto. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 67-79, set. 2016.

Com a ideia central E, o DSC 5, em seus relatos, as mulheres falam pouco sobre perspectivas para o futuro, a maioria menciona, a liberdade, e em cuidar e reatar com a família, pois foi a criminalidade que os afastou. O cárcere bloqueia a construção de planos futuros. As pessoas em privação de liberdade, possivelmente, não pensam em seus futuros, pois a exclusão é quem marca seu presente. Mas a minoria, sonha com a liberdade, para poder ver a família, e mostrar que o tempo presumiu, e chegou a mudança. A única certeza dessas mulheres é sua família, em relação amizade e amor³⁶.

Ideia central: Futuro

(E)	Expectativas para o futuro
DSC 5	Expressões chaves
M11	<i>... quando eu sair daqui vou procura ajuda, pois hoje reconheço que sou dependente química [...] vou agir mais, provar para minha família e para as pessoas... e mostrar para mim mesma, que eu já sou uma nova...e que ainda vou dar muitas felicidades verdadeira para a minha familia [...] ter uma oportunidade com a sociedade [...] foi uma lição passa por este lugar.</i>

A ideia central Violência Contra a Mulher e com o DSC 6 traz à tona, os enfrentamentos das meninas, hoje mulheres, desde os acontecimentos de violência que suas mães sofreram, transpassando isto a sua infância, violência acometida pela mãe, pelo irmão, e hoje pelo companheiro, relatos de violência física, psicológica, sexual e moral.

Ideia central: Violência contra mulher

(F)	Violência Contra a Mulher
DSC 6	Expressões chaves
M1	<i>...meu pai [...] começou a beber, vindo com o passar dos anos, se tornou dependente do álcool, também transformando seu caráter e personalidade se tornando ciumento e agressivo com minha mãe, [...] agressões fisicamente, verbalmente e [...] mais não tive uma infância e pude estudar pois acharam que eu como mulher não tinha necessidade de estudar [...] um cunhado de uma prima minha também tentou me estrupar [...] meu próprio tio me ...Meu esposo era muito ciumento e ficava violento porque também bebia muito. [...] tivemos uma briga muito feia ele violento quebrou minha perna [...] Me separei pois ele era muito agrecivo me batia muito</i>

Estes dados acima relatados, corroboram com a literatura, onde a mesma explana que pessoas vitimadas com a violência, tendem a desenvolver transtornos mentais, e um dos mais específicos o abuso alcóolico. A violência é desproporcional com relação ao abuso físico e sexual antes do encarceramento, mesma está presente em todas as fases da vida (infância, adolescência e adulta) dessas mulheres. É constante a presença de

³⁶ TAVARES, Gilead; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Trajetórias de vida de presidiários e possíveis sentidos para a prisão. *Revista psicologia política.*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 121-138, jun. 2008.

violência durante a permanência de mulheres no cárcere³⁷. Assim como a violência de base física, a violência emocional, desencadeia processos patológicos na base orgânica e fisiológica das mulheres. Além disso a violência dentro do círculo familiar, acaba por atingir os filhos, com probabilidades de sofrer depressão, e atrasos no desenvolvimento, e mais tarde tornam-se vítimas, ou até mesmo o agressor³⁸. Esses subsídios, assemelham-se com o estudo, pois, os relatos possibilitam identificar a violência contra mulher, como uma vulnerabilidade, de que as mulheres possam acentuar as chances de ocuparem a criminalidade, seja como vítimas ou autoras de violência³⁹.

O Ministério da Saúde lançou a Política Nacional dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos. Definindo então como diretrizes e propostas, entre algumas delas estão a atividades educativas em saúde sexual e saúde reprodutiva para usuários da rede SUS e implementação de redes integradas para atenção às mulheres e aos adolescentes em situação de violência doméstica e sexual e entre outras ações⁴⁰. O que tenta atingir uma das metas desta política, é possibilitar o acesso à educação, pois o perfil das mulheres privadas de liberdade, é de baixa escolarização, sendo então uma forma de promover a integração social e aquisição de conhecimento permitindo a pessoa privada de liberdade, a escrever um futuro melhor, e se reinseri-lo a sociedade⁴¹.

4. Considerações Finais

Ao desenvolvermos esta pesquisa justificamos, a nossa indagação pelo tema, devido ao impacto que causa na sociedade, as rotulações postuladas diante do ser mulher em privação de liberdade. Desconstruídas como seres de direito na sociedade que culturalmente as ignora, as estigmatiza e as exclui na possibilidade de reinseri-las.

Primeiramente tínhamos como objetivo avaliar as políticas públicas de saúde para a população feminina privada de liberdade, a qual utilizaríamos questionários para o

³⁷ SANTOS, Nara; BERMUDEZ, Pamela Ximena *Guia sobre gênero, HIV/ Aids, coinfeções no sistema prisional*. Brasília: OPAS, 2012.

³⁸ CASIQUE, Leticia. FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Red de Revistas Científicas de América Latina y El Caribe, Caribe*, v. 14, n. 6, p. 1-3, dez. 2006

³⁹ FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. *Revista Artemis*, [s. L.], v. 18, n. 1, p. 212-227, dez. 2014.

⁴⁰ BRASIL. Ministério Da Saúde. *Saúde sexual e saúde reprodutiva*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

⁴¹ JULIÃO, Elionaldo Fernandes; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Apresentação: educação em prisões. *Educação & Realidade*, v. 38, n. 1, p. 11-14, mar. 2013.

estudo sócio demográfico e um diário para que as mulheres falassem sobre sua vida até a prisão. E especificassem como se dá assistência à saúde no sistema prisional, mas não foi possível obter o êxito, pois as mesmas utilizaram-se do recurso para contar suas histórias de vida, notamos que para essas mulheres foi o momento oportuno para falar sobre suas vivências diante do cárcere.

Por meio dos diários baseado nos relatos de vida, delineamos a história percorrida por estas mulheres. Dessa forma ao analisarmos os dados observamos que os objetivos relacionados com a possibilidade de deixarmos as mulheres escreverem a sua trajetória no sistema prisional, nos possibilitou conhecer o ser mulher em privação de liberdade. Com base no problema, que teve como foco saber, como é ser mulher em privação de liberdade. O ato de subjugamento/”pré-conceito” era evidenciado, antes mesmo de adentrar a prisão, estigmatizadas como mulheres fortes, violentas, altas, era essa a impressão, mas a realidade é apresentada diferente. Pois os dados coletados e até mesmo os observados apresentaram-nos mulheres fortes, de diversas personalidades, resistentes, mulheres de luta. Algumas são mães, esposas, namoradas, loucas, donas de casas, são mulheres.

Ao relacionarmos os dados obtidos, constata-se que a biografia de infância de cada uma delas é relacional de umas com as outras, ou seja, é basicamente a mesma história. O qual não é possível perceber a figura paterna, existe uma desestrutura familiar, algo considerado valioso para o desenvolvimento de uma criança. Apesar de este não ser o foco principal, a história se repetiu em todos os diários com as mesmas características. Ultimamos essas mulheres como fortes, e de resistência. Pois nos foi possível conhecer suas lutas, mulheres advindas de famílias violentas, pobres, com vícios e ausência de afeto familiar.

As desordens vivenciadas acompanham-nas desde a infância, em todos os aspectos considerados vulneráveis para a influência criminal. Ao finalizarmos o estudo o conhecimento que estas mulheres podem nos proporcionar não se finda com a conclusão, demonstrado nos Discursos do Sujeito Coletivo, nos relatos vem à tona os sentimentos pois, essas mulheres foram livres para expressar os seus discursos. Temas como arrependimento, prática da religiosidade, na forma de oração, leitura bíblica. Pois foi possível entender que a privação os fez procurar a Deus, como uma forma de arrependimento e perdão aos atos criminais cometidos.

Quanto ao tema saúde, a assistência acontece, mas, é relacional com o profissional, e é um fator que acontece dentro e fora da prisão, pois as leis e recursos são

disponibilizados, mas precisam-se de profissionais que estejam intencionados em fazer o sistema de saúde acontecer. Pois o fato mencionado por elas, é a boa relação com o psicólogo da unidade, pois foi possível perceber, a evolução mental das mesmas, através de relatos de crescimento psicológico, através da terapia desenvolvida. A saúde acontece, mas muitas vezes não de forma como deveria ser exercida. Observa-se uma gama de políticas públicas que amparam as mulheres privadas de liberdade. Mas não bastam se não existirem responsabilidades a nível de gestão e os profissionais habilitados e motivados para o próprio desenvolvimento.

Imaginávamos não existir uma correlação de encontrar palavras que falassem sobre expectativas futuras advindas destas mulheres, (pois como já foi mencionado existe preconceitos, mas muitas vezes não percebidos quando ponderamos sobre seres humanos presos), mas com a análise dos dados foi possível visualizar, algumas mulheres, em curtas frases, as quais esperam ansiosamente pela liberdade, e o reencontro familiar para a mudança de vida. Com a apreciação dos dados é possível ultimar, que ser mulher e estar privada de liberdade, acontece a existência do encontro do silêncio para/com a sua mente, pois a carência afetiva e emocional, enriquece o momento solitário vivenciado, encarceradas, sem a família, qual é considerado algo desgastante, trazendo prejuízos ao bem-estar mental, contribuindo para o desenvolvimento de psicoses, onde muitas delas, se não a maioria, já estão em tratamento na unidade prisional.

Na atividade de desenvolvimento dos dados, permitiu-se a descoberta de um recurso terapêutico, sendo ele o ato de escrever que é adotado como uma forma de terapia, pois pessoas com dificuldades de expressão tendem a desenvolver uma melhora na expressão das emoções, sendo também a escrita designada como relaxante, fazendo-o a sentir-se melhor. Recurso pelo qual pode ser prescrito pelo enfermeiro. Realmente algo notório foi observado pois as mulheres que receberam o caderno, escreveram muito sobre suas vidas, até mesmo além do que era solicitado, nota-se que as mesmas precisaram/precisam desabafar.

Durante a observação dos dados contatou-se ricas informações, as quais nos dá a possibilidade de dar continuidade a pesquisa futuramente, elaborando outros artigos. Um dos aspectos já notados são os desenhos representativos, que demandam de uma análise de um especialista em técnicas projetivas, que será realizado posteriormente, possibilitando novos estudos.

Devido a estas considerações, tendo em vista o desenvolvimento desta pesquisa, acredita-se que há muito a se aprofundar nos estudos, quando pesquisamos mulheres, e

tendo em vista que há ainda mais fragilidades quando despertamos este olhar para a população feminina privada de liberdade. Direccionamos nossas considerações para pesquisas apontando aos profissionais que estão em contato com este público, visando a importância e a aplicação das políticas públicas de saúde que as norteiam.

Referências

ASSIS, Luana Rambo; ORSOLIN, Lucineide. Direitos humanos da pessoa privada de liberdade: A busca pela efetivação da dignidade humana. *Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto- Gedecon*, Cruz Alta, v. 02, n. 01, p. 1-18, maio 2014.

BENETTI, Idonézia Collodel; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. O poder terapêutico da escrita: quando o silêncio fala alto. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 67-79, set. 2016

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. *Revista Direito Gv*, v. 11, n. 2, p. 523-546, dez. 2015.

BRASIL. Centro Pela Justiça E Pelo Direito Internacional. *Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil*. Brasil: 2007.

_____. Conselho nacional de secretários de saúde. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional e normas para sua operacionalização*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. DEPEN – *Departamento Penitenciário Nacional e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Brasília: Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional, 2016.

_____. Lei n. 7210, de 11 de julho de 1984. *Lei da Execução Penal*. Brasília.

_____. Ministério Da Saúde. *Saúde sexual e saúde reprodutiva*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. SAÚDE, Ministério da. *Plano Nacional De Saúde No Sistema Penitenciário*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 68 p.

_____. Portaria n. 1, de 02 de fevereiro de 2014. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNAISP)*, 2014.

_____. Portaria Interministerial n. 1777, de 02 de abril de 2002. *Portaria Interministerial N. 1777/gm de 9 de Setembro de 2003*. Brasília, 09 set. 2003.

CASIQUE, Leticia. FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Red de Revistas Científicas de América Latina y El Caribe*, Caribe, v. 14, n. 6, p. 1-3, dez. 2006.

FONTELLES, Mauro José et al. *Metodologia Da Pesquisa Científica: Diretrizes Para A Elaboração de um Protocolo de Pesquisa*. Núcleo de Bioestatística Aplicada à Pesquisa da Universidade da Amazônia – Unama, Amazônia, v. 0, n. 0, p. 1-8, maio 2009.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. *Revista Artemis*, v. 18, n. 1, p. 212-227, dez. 2014.

FREITAS, Cláudia Regina Miranda de. O cárcere feminino: do surgimento às recentes modificações introduzidas pela lei de execução penal. *Revista da Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen*, Belo Horizonte, v. 4, n. 4, p. 1-21, dez. 2012.

GARCIA, Suely. Aparecida. Ferreira. A família do paciente psiquiátrico e a criminalidade. *Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica*. São Paulo: Vetor, 2003. p. 105-126

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 5, p. 20-29, maio 1995.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Apresentação: educação em prisões. *Educação & Realidade*, v. 38, n. 1, p. 11-14, mar. 2013.

LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti; CRESTANA, Maria Fazanelli; CORNETTA, Vitória Kedy. A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização “Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 02, p. 68-77, dez. 2003.

LIMA, Gigliola Marcos Bernardo de. *A vida de mulheres na prisão: legislação, saúde mental e superlotação em João Pessoa - PB*. 2013. 124f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências na área de Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Joao Pessoa, 2013.

LIMA, Gigliola Marcos Bernardo de. *Mulheres presidiárias: Sobreviventes de um mundo de sofrimento, desassistência e privações*. 2005. 139f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa, 2005

MARTINS, Rafaela Costa. *A Mulher Prefeita No Estado De Santa Catarina*. 2013. 71f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade do Contestado, Concordia, 2013.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Execução Penal*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MORESI, Eduardo. *Metodologia da Pesquisa*. 2003. 108f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Universidade Católica de Brasília – Ucb, Brasília, 2003.

MOUTINHO, Jhonatania Jandira U.; PUCKAR, Poliana de Oliveira Carvalho. Humanização: contribuições para o processo de reintegração social de presos. *Portal dos Psicólogos*, Maranhão, p. 1-11, 22 abr. 2017.

MUSUMEC, Barbara. Mulher e violência no sistema de justiça criminal. *Trabalho e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-6, dez. 2001.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de; DAMAS, Fernando Balvedi. *Saúde e atenção psicossocial nas prisões*. São Paulo: Hucitec, 2016.

PACHECO, Joice; GONÇALVES, Gilmara; KRUTSCH, Daniele. *Perfil das pessoas privadas de liberdade que procuram o serviço de saúde mental de uma UBS prisional SC*. In: seminário internacional de pesquisa em prisão, 2017, Recife.

PIZOLOTTO, Letícia Costa. *A lei 11.343/2006 e o aumento de mulheres encarceradas*. 2014. 44f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Dej, Ijuí, 2014.

RESENDE, João Paulo de; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 41, n. 1, p. 173-195, mar. 2011.

SANTOS, Nara; BERMUDEZ, Pamela Ximena *Guia sobre gênero, HIV/ Aids, coinfeções no sistema prisional*. Brasília: OPAS, 2012.

SILVA, Amanda Daniele. *Ser homem, ser mulher: as reflexões acerca do entendimento de gênero*. São Paulo: Unesp, 2015.

STEFFENSMEIER, Darrell; ALLAN, Emilie. Gênero e crime: em direção a uma teoria de gênero da ofensa feminina. *Revisão Anual de Sociologia*; 1996;

TAVARES, Gilead; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Trajetórias de vida de presidiários e possíveis sentidos para a prisão. *Revista psicologia política.*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 121-138, jun. 2008.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis; MARCHESAN, Jairo. Planalto norte catarinense: algumas considerações sobre aspectos históricos, características físico-naturais e extrativismo. *Revista Eletronica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado*, Canoinhas, v. 6, n. 2, p. 51-63, jul. 2016.

ZALUAR, Alba. *Democratização inacabada: fracasso da segurança pública*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 61, set./dez. 2007.

Como citar este artigo/How to cite this article:

POPADIUK, Milena; VEIGA, Jaqueline Fatima Previatti; MORO, Adriana. Entre as grades: o ser mulher em privação de liberdade. *Revista Instituto Política por.de.para Mulheres*, Curitiba, v.1, n.1, p. 77-96, jan./abr. 2020.
